OMR
Observatório do Meio Rural

OBSERVADOR RURAL
Nº 99
SETEMBRO DE 2020

DIFICULDADES DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM MOÇAMBIQUE

João Feijó

www.omrmz.org

O documento de trabalho *(Working Paper) OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

DIFICULDADES DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM MOÇAMBIQUE

João Feijó

RESUMO:

Num país politicamente polarizado e marcado por fortes contradições sociais, o trabalho dos investigadores moçambicanos esbarra com diversos obstáculos. Num cenário de desconfiança política, o acesso às fontes de informação ou ao objecto de estudo é, frequentemente, condicionado. Não obstante a aprovação de uma Lei de Acesso à Informação, a realidade é que a cultura política predominante, o sistema de organização de arquivos ou a formação dos técnicos continuam a constituir sérios obstáculos na realização de pesquisa.

A realização de trabalho de campo é dificultada pela imposição de procedimentos administrativos, relacionados com a apresentação de credenciais, devidamente carimbadas pelas autoridades locais. Apesar de referidas como uma rotina administrativa, destinada a dar a conhecer a presença e o âmbito da actuação do investigador às autoridades locais, em temáticas mais sensíveis o processo de permissão está frequentemente marcado por relutâncias, pela criação de obstáculos ou por interferências na definição da amostra. Os procedimentos administrativos tornam-se demorados pela forte centralização do processo de tomada de decisão na figura do chefe, com impactos nos custos da investigação e no período dedicado à pesquisa. Nestes cenários autoritários, frequentemente proporcionais à distância em relação à capital do país, a atitude das autoridades em relação a investigadores ou projectos de investigação acaba por influenciar a postura das linhas hierárquicas inferiores da administração pública.

A estes obstáculos acresce a qualidade do sistema de organização das informações, em contextos de grande fragilidade institucional, a ausência de uma cultura de arquivos e de sistematização de uma memória das organizações, com consequências na capacidade de prestarem informações públicas, mas também na capacidade de decisão ou da respectiva transformação em organizações aprendentes.

Este texto tem como objectivo sintetizar um conjunto de dificuldades enfrentadas por investigadores em geral, e nas áreas socioeconómicas em específico, aquando do processo de realização de pesquisa. A investigação é entendida como um processo sociopolítico de produção de conhecimento. Ao longo deste texto, considerar-se-ão as instituições de investigação como sistemas abertos, com estreitas relações estabelecidas com o meio envolvente, nomeadamente com as instituições de ensino superior (onde recrutam investigadores e assistentes de pesquisa), com agências financiadoras (com os respectivos condicionamentos), com o Estado, com empresas públicas e privadas e com a sociedade em geral, que constitui o principal objecto de estudo.

As reflexões resultam de experiências de pesquisa de investigadores do Observatório do Meio Rural, em variadíssimos locais, nas províncias de Maputo, Gaza, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado. Trata-se de pesquisas realizadas entre 2013 e 2020 (frequentemente durante momentos de tensão político-militar), em torno de temáticas diversas, relacionadas

com questões de terra e reassentamentos, impacto de grandes projectos no meio rural, relações laborais no sector do açúcar, movimentos migratórios rural-urbanos, relações transfronteiriças, produtores agrícolas emergentes, impactos de desastres climáticos, entre outros assuntos.

1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PESQUISA EM MOÇAMBIQUE

Moçambique não possui um significativo historial de pesquisa. De facto, no período colonial, a produção de conhecimento científico foi limitada pela reduzida capacidade de investigação e pela colocação da pesquisa ao serviço dos interesses coloniais. Desde o séc. XVIII que Portugal havia perdido o protagonismo entre as potências coloniais[1], nomeadamente Inglaterra e França, com reflexos negativos sobre o conhecimento e domínio dos territórios coloniais. No início do séc. XX, as poucas instituições de pesquisa existentes haviam sido criadas num contexto europeu nacionalista, marcado por uma competição desenfreada pela detenção de territórios africanos, o que naturalmente influenciou as suas lógicas de funcionamento institucional. Por outro lado, ao longo do Estado Novo, Portugal e as suas colónias viveram um regime fascista e autoritário, que se traduziu na censura das publicações, no controlo das instituições e na criação e fortalecimento da polícia política, com reflexos sobre a análise científica. Só a partir de meados da década de 1960 se instituiu uma universidade em Moçambique, onde se vêm a abrir cursos de história, economia ou geografia. De qualquer das formas, os *curricula* do ensino superior, as linhas de pesquisa e o conteúdo das publicações estavam direccionados para servir os interesses do colonialismo português (Silva, 2012: 77). Tal como noutros países europeus, a produção científica (muitas vezes financiada pelas administrações coloniais) agiu mais no apoio ideológico, do que propriamente na compreensão académica dos fenómenos (Leclerc, 1972; Copans, 1975). Colonizar significava essencialmente o domínio de recursos físicos e humanos, assim como dos discursos e das formas de pensamento, disseminando uma forma específica de reflectir ou representar os indivíduos e territórios subjugados, de acordo com os interesses do poder dominante (Thomaz, 2002: 83).

Após a independência de Moçambique, a necessidade de construir um novo país sob um novo ideal, conduziu a uma reciclagem de centros de pesquisa, de paradigmas teóricos e de métodos de pesquisa. Ao nível da produção de conhecimento, o período pós-independência ficou fortemente marcado pelos trabalhos do Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane. Criado em 1976, sob a direcção de Aquino de Bragança e com a coordenação executiva de Ruth First, o CEA introduziu várias inovações nas temáticas de pesquisa, produzindo-se análises sobre a exploração capitalista e colonial; sobre as lutas de classes e de resistência ao capitalismo colonial; ou sobre a organização do trabalho nas novas empresas Estatais e cooperativas; entre outros aspectos. A inspiração marxista de muitos dos intervenientes, – que não deixou de ser geradora de polémicas, quer no contexto do ensino[2], quer da investigação[3] – não deixou de gerar mudanças nos paradigmas de análise. Da mesma

[1] Em 1875, aquando da fundação da sociedade de Geografia de Lisboa, já existiam cerca de quarenta instituições do mesmo tipo no resto da Europa (Thomaz, 2002: 97).

[2] Teresa Cruz e Silva (2002: 78) recorda que, no ensino superior, o ensino obrigatório de disciplinas de marxismo-leninismo se desenvolvia num conflito entre o marxismo ortodoxo ministrado por professores da Europa de Leste – a quem os estudantes chamavam de "*marxismo histérico e diabólico*" quando se referiam ao materialismo histórico e dialéctico – e os esforços para introduzir um ensino mais aberto e mais ligado às realidades locais, que partia sobretudo de uma corrente de docentes moçambicanos.

[3] Não obstante se terem vivido, no seio do CEA, "*momentos de tensão entre a liberdade da distância crítica e a obediência à linha politico-ideológica ditada pelo partido único*", assim como uma discussão interna a respeito de alguns conceitos chave do marxismo, o CEA não deixou de reflectir *uma* "*certa convicção triunfalista na capacidade de o*

forma, introduzem-se diversas inovações metodológicas, por exemplo ao nível da valorização de entrevistas ou de análises de canções de trabalho, com o objectivo de conferir voz a populações anteriormente silenciadas. O trabalho do CEA foi fortemente marcado pela urgência, e pela necessidade de compreender as dinâmicas da economia política da África Austral e sua influência em Moçambique. De cariz mais aplicado, algumas abordagens (CEA, 1983a; 1983b) não deixavam de ter como objectivo a transformação social, de acordo com os ideais do partido no poder.

A partir da década de 1980 e tal como noutros países do continente, a imposição de uma agenda neoliberal ao Governo moçambicano e a consequente reforma institucional, exerceram implicações profundas sobre a universidade (Silva, 2012: 79). Já no novo milénio, multiplicam-se as instituições de ensino superior privadas, agora guiadas pelas lógicas do mercado, em prejuízo da respectiva autonomia científico-pedagógica e colocando em risco as liberdades académicas. O ensino passa a caracterizar-se pela cisão entre ensino e pesquisa, pelo aumento exponencial de ingressos, sem investimento em infra-estruturas adequadas e crescimento qualitativo e quantitativo do corpo docente e, sobretudo, sem investimento na investigação.

2. DEBILIDADES DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

As instituições de pesquisa estão integradas em sistemas políticos económicos e sociais que, inevitavelmente, interferem na produção de conhecimento. Na linha de Sedas Nunes (1991: 29), pode-se considerar que a actividade de pesquisa implica a existência de meios de produção, relações de produção e circuitos de circulação e consumo, assim como mecanismos de conservação e mudança. Ou seja, pelo facto de produzirem conhecimento, os centros de investigação implicam a existência de meios de produção, nomeadamente, laboratórios, bibliotecas ou *software* de análise de dados, pelo que o conhecimento produzido não deixa de estar condicionado pelas possibilidades financeiras existentes. Em segundo lugar, e constituindo uma actividade de produção de conhecimento, qualquer pesquisa está envolvida em relações de produção, onde se colocam questões relacionadas com as condições contratuais dos trabalhadores, mas também de comunicação e de cooperação entre centros de investigação. Em terceiro lugar, e como qualquer actividade de produção, os centros de investigação implicam também a existência de circuitos de circulação e consumo, nomeadamente canais de distribuição e de divulgação do conhecimento produzido, por exemplo através de livros, de revistas científicas ou de congressos científicos. É através destes canais de distribuição que os conhecimentos são divulgados e que os paradigmas são fortalecidos.

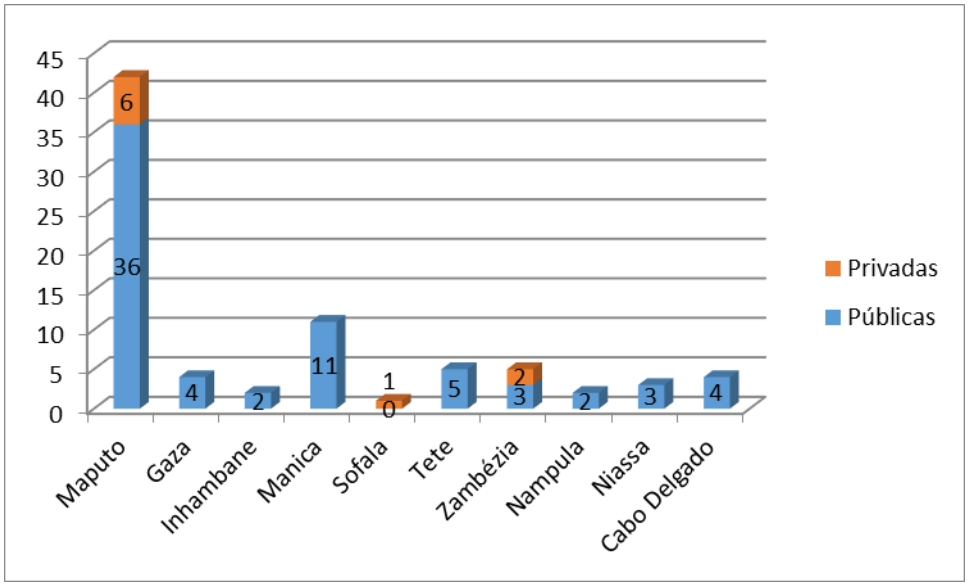
Desta forma, os investigadores estão condicionados pela sua facilidade ou dificuldade de acesso aos principais meios de circulação científica, ou seja de publicar os seus trabalhos científicos ou de os promover nos congressos científicos internacionais. Estando inseridos num amplo sistema sociopolítico, os centros de investigação estão fortemente dependentes das condições de formação dos investigadores, dos meios de produção que dispõem e do tipo de relacionamento com as estruturas sociais envolventes, nomeadamente com agências financiadoras, com o Estado, com as editoras e com a sociedade em geral.

---

marxismo produzir análises científicas ao serviço do processo revolucionário e capazes de neutralizar a ideologia burguesa que se lhe opõe" (Santos, 2012: 31; 36). Entre investigadores moçambicanos predominava a perspectiva de que o marxismo deveria partir de uma abordagem indutiva, a partir do próprio terreno.

De acordo com os dados fornecidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Formação Profissional (MCTESTP), ainda em actualização, estão contabilizadas em Moçambique 52 instituições de pesquisa, a maioria das quais públicas. De acordo com a lista fornecida pelo MCTESTP, mesmo contabilizando as respectivas delegações e unidades experimentais – nomeadamente do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), do Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (INIP) e do ARPAC –, constata-se uma excessiva concentração destas instituições na capital do país (ver gráfico 1).

Gráfico 1: Instituições de Investigação Científica por Província (incluindo sedes, delegações e unidades locais)



Fonte: MCTESTP (2016)

2.1 As dificuldades financeiras

De acordo com a mesma fonte, as despesas em investigação em desenvolvimento têm registado um crescimento contínuo, aumentando de 910 milhões de meticais (em 2008), para 1996 milhões de meticais (em 2015). Contudo, a despesa bruta em investigação e desenvolvimento vem diminuindo em termos de percentagem do PIB, reduzindo de 0,38% em 2008, para 0,34% em 2015. As ciências agrárias absorviam a maior fatia (34,7%) desta despesa, seguida das ciências biomédicas (28,5%) e das ciências sociais (17,1%). Agravando o facto de os gastos em investigação e desenvolvimento serem inferiores aos parâmetros internacionais, acrescem os elevados gastos inerentes à realização de pesquisa em Moçambique. A vastidão do território e o mau estado das vias traduzem-se em elevados custos em viagens, aluguer de viaturas e alojamento, com implicações na redução do período de permanência no terreno, na recolha de dados e na compreensão da complexidade dos fenómenos locais.

2.2 Debilidade dos recursos humanos

Relativamente aos recursos humanos afectos à pesquisa, a partir da aplicação de um inquérito por questionário a instituições públicas e privadas de investigação (35) e a 41 Instituições de Ensino Superior, a empresas e organizações não-governamentais, realizado pelo MCTESTP, constata-se uma quadruplicação do número total de investigadores, tendo passado de 522 (em 2008) para 2434 (em 2015). Refira-se, porém, que a percentagem de tempo médio dedicado à

investigação é de apenas 47,7%, concluindo-se a acumulação de um conjunto de outras tarefas. De acordo com os dados oficiais, a maioria dos investigadores (35,8%) exerce pesquisa nas áreas das "*ciências sociais, humanas e da educação*, seguido das "*ciências agrárias*" (22,3%) e das "*ciências naturais*" (22,1%).

Como mostra o quadro 1, o aumento quantitativo do número de investigadores não se traduziu necessariamente numa melhoria qualitativa geral. De facto, apesar de a proporção de mestres ter aumentado de 33,4% para 40,9% (entre 2008 e 2015), continua-se a constatar uma predominância de quadros licenciados (que representam 44,9% de todos os investigadores) e uma diminuição da percentagem de quadros doutorados (de 17,7% para 14%).

Quadro 1: Investigadores afectos a instituições de pesquisa em Moçambique, por nível de qualificação (2010-2015)

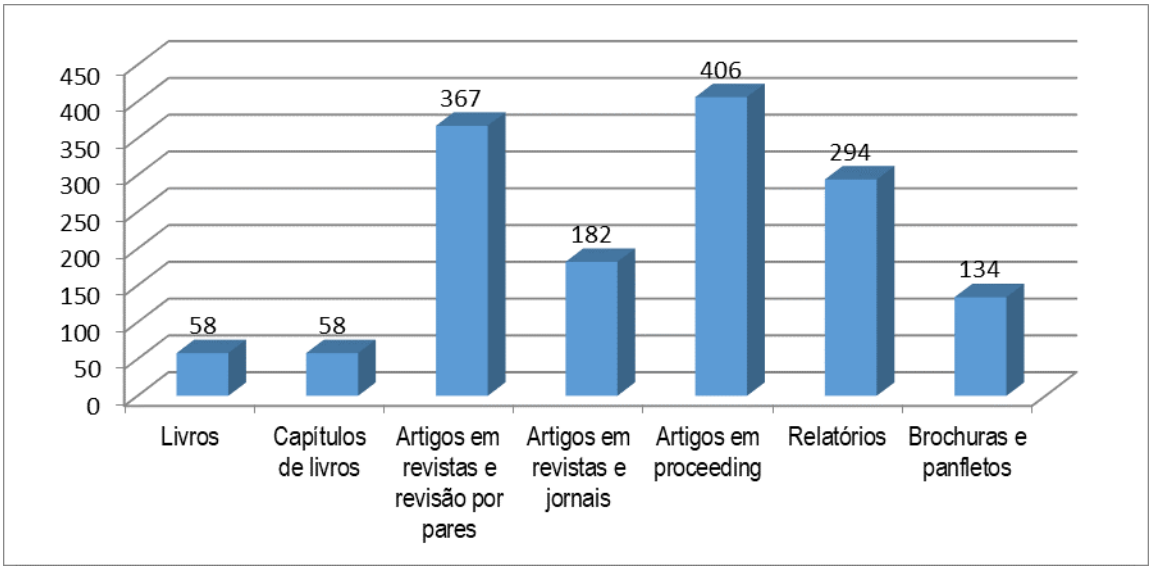
Ano	Qualificações académicas			
	Bacharel	**Licenciado**	**Mestre**	**Doutor**
2010	72 **(4,5%)**	705 **(44,4%)**	530 **(33,4%)**	281 **(17,7%)**
2015	5 **(0,2%)**	1093 **(44,9%)**	995 **(40,9%)**	341 **(14%)**

Fonte: MCTESTP

2.3 Produção e disseminação científica

Em termos de produção científica, os dados oficiais registam um total de 1499 documentos publicados em 2015. O conceito "publicações" utilizado também inclui brochuras, panfletos, artigos em jornais e documentos em processo de publicação, totalizando uma média anual de 0,61 documentos por investigador. Se excluirmos os artigos em *proceeding* (portanto, não publicados), brochuras e panfletos (de cariz menos elaborado), obtém-se uma média anual de 0,39 documentos por investigador (ou seja, um documento publicado a cada 3 anos), o que nos fornece uma visão mais realista da produção científica nacional (gráfico 2).

Gráfico 2: Total de documentos publicados, por tipo de publicações (em 2015)



Fonte: MCTESTP

Refira-se, a este respeito, a falta de continuidade das publicações moçambicanas. A título de exemplo, desde o início deste milénio (em 17 anos) e não obstante o aumento do número de professores doutorados, a revista *Estudos Moçambicanos* (uma das mais antigas em Moçambique) editou apenas 6 números, tantos quanto os que haviam sido editados nos primeiros seis anos de existência (entre 1980 e 1986), portanto num período de guerra e marcado por grandes dificuldades. A maioria das revistas académicas (*Arquivo*; *Economia, Política e Desenvolvimento*, entre outras) mantém um carácter intermitente ou, inclusivamente, cessou de publicar, o que é demonstrativo da fragilidade institucional. Tal como na generalidade da África Subsaariana, no que respeita à produção científica, os investigadores nacionais ocupam uma posição periférica no panorama mundial. Os escassos orçamentos atribuídos às universidades, as fragilidades das instituições de ensino superior, as carências bibliotecárias e o reduzido número de centros de investigação e de pós-graduações concorrem para a sub-representação dos investigadores africanos nas principais conferências internacionais, nas principais revistas especializadas ou no corpo docente das melhores universidades (Daloz, 1998: 105-107).

2.4 A formação dos futuros investigadores

Quanto ao cenário de formação dos recursos humanos, os dados disponíveis levantam algumas preocupações. Não obstante o crescimento da população matriculada no ensino superior – que atingiu, no ano de 2015, os 174.802 alunos, tendo no mesmo ano sido graduados 14.512 estudantes (Cumaio *et al.*, 2015: 13) – estes alunos representavam, no mesmo ano, apenas 2,5% de toda a projecção da população com idade compreendida entre os 18 e os 29 anos (estimada em cerca de 7 milhões de indivíduos) (Cumaio *et al.*, 2015: 138). Por outro lado, a esmagadora maioria (96,2%) da população matriculada no ensino superior frequentava o nível de licenciatura, sendo que apenas 221 indivíduos (0,1%) se encontravam a produzir investigação de doutoramento.

Se considerarmos as habilitações do corpo docente, o cenário também não é muito optimista. De acordo com as informações fornecidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) ao MCTESTP, mais de metade (58,3%) do corpo docente (a tempo inteiro e a tempo parcial) é composto por quadros licenciados (ver quadro 2), sendo que essa proporção ultrapassa os dois terços (69,2%) do corpo docente no ensino superior privado. Um terço dos professores (33,3%) detêm o grau de mestre e apenas 8,4% são doutorados, sendo que, neste último caso, a percentagem reduz para apenas 4,1% no caso das instituições privadas. Não obstante a sua percentagem residual, importa referir que o número oficial de docentes doutorados se apresenta inflacionado. Por um lado, muitos professores acumulam funções em várias universidades (vulgarizando-se a expressão "*professor turbo*"), aparecendo desta forma repetitivamente reportado pelas várias instituições de ensino. Por outro lado, a partir da confrontação dos dados fornecidos pelas IES com a observação no terreno é possível constatar que diversas instituições forneceram dados inflacionados, particularmente no caso de professores com o grau de doutor.

Quadro 2: Habilitações dos docentes contratados (a tempo inteiro e tempo parcial) pelas Instituições de Ensino Superior em Moçambique (2015)

Tipo de instituição:	**Qualificações académicas**		
	Licenciado	**Mestre**	**Doutor**
Públicas	3486 (51,6%)	2527 (37,4%)	742 (11%)
Privadas	2873 (69,2%)	1106 (26,7%)	171 (4,1%)
Total	6359 (58,3%)	3633 (33,3%)	913 (8,4%)

Fonte: Cumaio *et al.* (2015)

A elevada procura de cursos de ensino superior por parte de uma população estudantil com legítimas expectativas de mobilidade social, traduziu-se num rápido crescimento das instituições de ensino, sem que estejam garantidas as condições indicadas, em termos de corpo docente qualificado, bibliotecas, laboratórios e unidades de investigação. A observação em várias instituições de ensino superior permite constatar que a investigação e a publicação constituem uma raridade. Por outro lado, da construção curricular de muitas licenciaturas desapareceram ou foram condensadas disciplinas de metodologia de investigação, de epistemologia ou de economia política, adquirindo os cursos um carácter mais técnico e funcionalista. Os fracos hábitos de leitura concorrem para a fraca consistência e coerência dos textos produzidos pelos estudantes e jovens investigadores, frequentemente com uma redacção menos assertiva, exigindo aos orientadores e revisores um esforço suplementar. Este cenário agrava as dificuldades das instituições de pesquisa, que frequentemente têm de complementar, em contexto de trabalho, as inúmeras carências trazidas por jovens graduados.

2.5 Advocacia e consultoria

Aos factores anteriormente referidos acrescem os baixos salários praticados nas instituições de investigação públicas e a lentidão dos processos de progressão na carreira, em virtude de indisponibilidade orçamental, forçando muitos quadros a acumular horas de docência ou em consultorias, para complementar os rendimentos, em prejuízo do tempo dedicado à investigação. Por sua vez, em várias instituições de ensino superior privadas não existe estatuto da carreira docente que valorize a investigação, desincentivando o investimento nesta actividade.

O aparecimento de toda uma indústria de desenvolvimento acaba por ter um conjunto de consequências negativas sobre a pesquisa. Por um lado, inúmeras ONGs retiram os melhores recursos humanos às universidades públicas, incapazes de pagar salários competitivos. Por outro lado, ao invés de criarem, enquanto investigadores, as respectivas problemáticas, os consultores passam a adoptar modelos e problemáticas definidos a partir de toda uma indústria de desenvolvimento. Ao invés de se assumirem como pensadores activos dos seus próprios problemas, os investigadores tornam-se, de alguma forma, pensados por outros. Em função de oportunidades de financiamento, muitos (pós-)graduados deambularam, nas últimas décadas, por várias áreas de conhecimento frequentemente dissociadas (em torno das temáticas da moda como HIV-SIDA, empreendedorismo, empoderamento da mulher, direitos humanos, indústria extractiva, boa governação, etc.), com apertados prazos de apresentação dos resultados, em prejuízo do aprofundamento do conhecimento e da construção de uma carreira profissional sólida e coerente.

Retirando partido de oportunidades de financiamento, na última década emergiram diversas organizações da sociedade civil (entre as quais o IESE, o CIP ou o OMR, entre outras), que vêm adquirindo alguma notoriedade, não só pelo ritmo de produção científica, mas também pela capacidade de disseminação dos respectivos resultados ou até de pressão dos *policy makers*. O financiamento destas iniciativas passa a ter como condição a demonstração de evidências em termos de advocacia. Ou seja, para além da realização de diagnósticos e análises científicas credíveis, pretende-se que estas instituições promovam transformações sociopolíticas.

3. AS DIFICULDADES DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Em 2014, depois de 8 anos no parlamento, foi finalmente aprovada a Lei nº 34/2014 (Lei do Direito à Informação), aplicável "*aos órgãos e instituições do Estado, da Administração* (…) *e às autarquias locais, bem como às entidades privadas que, ao abrigo da Lei ou de contrato, realizem actividades de interesse público ou que, na sua actividade beneficiem de recursos públicos de qualquer proveniência e tenham em seu poder informação de interesse público*" (artigo 3º). Sob os princípios da "*máxima divulgação de informação*", da "*transparência da actividade das entidades públicas e privadas*", da "*administração pública aberta*" e da "*promoção do exercício da cidadania*" (artigo 4º), estipula-se que "*as entidades públicas e privadas abrangidas pela presente Lei têm o dever de disponibilizar a informação de interesse público em seu poder, publicando através dos diversos meios legalmente permitidos, que possam torná-la cada vez mais acessível ao cidadão*" (artigo 5º). Em Dezembro do ano seguinte, o Governo aprovou o respectivo regulamento, através do Decreto nº 35/2015, de 31 de Dezembro de 2015. Trata-se de uma Lei bastante progressista no sentido de consolidação de uma sociedade democrática, mas que vem enfrentando diversas dificuldades na sua

implementação. A experiência permite sintetizar um conjunto de grandes obstáculos, relacionados essencialmente com os seguintes aspectos: 1) com a desconfiança política e exigência de credenciais; 2) com a centralização do processo de tomada de decisão e pessoalização das decisões; 3) com a tentativa de controlo do processo de recolha de dados; 4) com o próprio estado dos arquivos; 5) e com o oportunismo de alguns funcionários.

3.1 A interacção com o "*dono da terra*": encenando o poder local

Apesar de não aparecer explícito na Lei, sempre que um investigador se desloca para um povoado localizado numa outra província, depara-se com a imposição de um protocolo específico. Na prática, exige-se que, acompanhado de uma credencial, o investigador comece por se apresentar no Governo provincial, posteriormente na administração do distrito onde se pretende dirigir e, seguidamente, na sede do posto administrativo ou localidade em questão. A realização de trabalho de campo num determinado povoado pode implicar o prévio percurso de centenas de quilómetros, frequentemente em sentido contrário, por estradas em mau estado de conservação.

Ainda que um investigador se possa dirigir directamente a um determinado director provincial, a competência de apreciação e validação da sua credencial está normalmente atribuída ao respectivo secretário permanente (SP), sendo que, ao nível do distrito, o SP não toma frequentemente uma decisão sem prévia consulta do Administrador. Em situações de maior instabilidade socio-política, os administradores concentram em si essa decisão. A situação torna-se complexa na ausência de ambos, uma vez que normalmente a mais nenhum funcionário é atribuída essa competência[4], aumentando-se os tempos de espera, impedindo a progressão do investigador por outras repartições do distrito, ou a um determinado povoado, com os consequentes atrasos, reformulações de agendas ou do próprio projecto de pesquisa[5].

Os processos de agendamento do encontro e de interacção com o secretário permanente ou com o Administrador podem enfrentar diversos obstáculos. Não obstante algumas tentativas de modernização da administração pública, continua a persistir todo um conjunto de fragilidades institucionais (funcionários pouco informados ou bastante rígidos relativamente a detalhes de

[4] Em Fevereiro de 2017, no âmbito de uma pesquisa sobre pobreza e desenvolvimento no meio rural, num distrito em Tete, conhecido pelo seu potencial extractivo, um investigador do OMR apresentou-se na respectiva secretaria distrital, munido de credencial previamente carimbada pela secretária permanente da província. Face à ausência do Administrador e do secretário permanente, o funcionário que prestava atendimento informou que não tinha competências para "*autorizar*" a realização da pesquisa em causa. Perante a insistência do investigador nos constrangimentos financeiros e temporais de um atraso na pesquisa, o funcionário encaminhou o investigador para o comandante da polícia, a quem os objectivos da pesquisa foram apresentados. A necessidade de envolvimento de uma figura responsável pela segurança pública neste processo de tomada de decisão ilustra o carácter melindroso da realização da pesquisa naquele distrito, familiarizado com episódios de protesto e de motins populares. Refira-se que, após a explicação dos objectivos do estudo, a desconfiança inicial tende gradualmente a desvanecer, dando posteriormente lugar a atitudes mais hospitaleiras por parte das estruturas do Governo.

[5] Estes entraves podem conduzir a alterações na selecção da amostra. Num distrito na província de Tete e pelo facto de o Administrador se encontrar ausente, o respectivo secretário permanente não autorizou a realização de um estudo de caso sobre "*pobreza e desenvolvimento no meio rural*" no respectivo distrito, não obstante o investigador fazer-se acompanhar da respectiva credencial, rubricada pela secretária permanente da província, assim como de um exemplar dos inquéritos por questionário a aplicar. O SP alegava que o Administrador deveria primeiro tomar conhecimento dos objectivos do projecto e, posteriormente, indicar a localidade e o povoado onde se poderia realizar a pesquisa. Sem orçamento para aguardar vários dias pelo regresso do Administrador, o investigador viu-se obrigado a seleccionar um bairro numa área limítrofe de um Município na mesma província (com características rurais), onde previamente havia estabelecido um conjunto de contactos.

protocolo[6], dificuldade de acesso a fax ou email) que não facilitam o agendamento de encontros e validação de credenciais.

O processo de marcação de audiência, de encaminhamento para uma sala de espera, o período de espera em si[7] ou o comportamento cerimonial dos funcionários perante a presença do Administrador, revelam não só a distância hierárquica existente, mas também a centralização do processo de tomada de decisão, particularmente visível nos distritos mais recônditos. A centralização e pessoalização do processo de tomada de decisão traduz uma concepção neopatrimonial do poder[8], expressa na recorrente referência à figura do indivíduo que exerce a autoridade como o "*dono*" do território que superintende. O poder da pessoa confunde-se com o poder que ela assume por via do cargo que assume.

Se é verdade que entre os altos responsáveis da Administração Pública local se encontram interlocutores que recebem a pesquisa de braços abertos, salientando a respectiva importância e incentivando para que "*tragam os resultados*", já nos territórios e períodos politicamente mais conturbados (épocas eleitorais ou de tensão político-militar) ou perante fenómenos socialmente sensíveis, a desconfiança tende a predominar. Nessas situações, a sensação dominante é que "*esse não é dos nossos*". Durante a interacção com um Administrador, secretário permanente ou director provincial ou distrital podem ser transmitidos diversos sinais que confirmam que, na realidade, não se trata tanto de um simples processo de comunicação de realização de uma pesquisa mas, na verdade, uma solicitação de autorização. O encontro com o líder local é marcado por formas de encenação de poder, patente no formalismo com que recebe o investigador, na repentina interrupção do pesquisador para solicitação da sua credencial ou na exibição de um semblante pesado durante a leitura do documento. Segue-se, frequentemente, um leque de perguntas desconfiadas ("*quem são vocês?*"; "*é uma organização estrangeira*"?), ou a emissão de juízos de valor sobre a quantidade e utilidade destes estudos ou até mesmo manifestações de desagrado relativamente à acção de investigadores, activistas e para-legais, envolvidos, por exemplo, na análise e acompanhamento de processos de reassentamento populacional, de gestão de recursos naturais ou de monitoria de programas de desenvolvimento rural[9].

---

[6] Um investigador desatento, não familiarizado com as estruturas administrativas, com o protocolo do Estado ou com os caprichos de determinados funcionários, depara-se com morosos obstáculos burocráticos. De facto, se alguns funcionários são solícitos e ajudam a desbloquear situações, outros podem apresentar-se demasiado inflexíveis perante detalhes administrativos. Todos os investigadores do OMR já enfrentaram, em algum momento, situações de recusa de aceitação da credencial, exigindo-se a correcção de pequenos detalhes, como o nome do destinatário (de "*Governo Provincial*" para "*secretaria provincial*" ou de "*Secretaria Provincial da Agricultura de Nampula*" para "*Responsável do ProSavana*"), o próprio título do documento (de "*Declaração*" para "*Credencial*") ou a especificação detalhada dos dados requeridos. Perante a intransigência do funcionário, o investigador vê-se obrigado a corrigir documentos, ultrapassando dificuldades de acesso a internet, computadores ou mecanismos de impressão de documentos, provocando-se atrasos, com impactos nos custos da pesquisa e no processo de recolha de dados.

[7] Em virtude da indisponibilidade de um dirigente (envolvido numa viagem à capital provincial ou a Maputo, ou no acompanhamento de uma visitantes ao distrito), a assinatura de uma credencial pode demorar vários dias, prolongando a presença do investigador e agravando os custos da pesquisa.

[8] Na análise das formas de organização económica, Max Weber (2004: 234) utilizou o conceito de patrimonialismo para caracterizar os processos de dominação assentes na retenção do poder num patrono, em torno do qual a organização gira, confundindo-se inclusive os bens e os poderes pessoais do patrono com aqueles que lhe são atribuídos por via da sua função. Baseado em relações pessoais e clientelistas, o poder patrimonial opõe-se ao poder legal-racional, de carácter objectivo e impessoal, assente na técnica e na obediência a normas abstractas e racionalmente criadas.

[9] Investigadores que realizaram pesquisa nas províncias de Sofala, Manica, Tete ou Nampula trazem várias experiências deste género. Durante uma entrevista, um Director Provincial da Agricultura insinuou que "*são vocês que depois querem ir agitar as populações*". Durante uma polémica sessão pública na província de Nampula, onde se apresentava o plano director do ProSavana, que contou com a presença de grupos de camponeses e membros de organizações da sociedade civil, um Administrador referiu-se aos segundos como "*pessoas de Maputo, que estão lá debaixo do ar*

3.2 "*A credencial funciona como guia de marcha*": coleccionando carimbos

Por outro lado, não obstante o artigo 15º da Lei nº 34/2014 definir que, no processo de pedido de informação, deverá "*o requerente identificar-se devidamente, apresentando o tipo de informação que solicita*", na prática tem-se exigido um conjunto de elementos adicionais, que vão para além da simples identificação civil. Apesar de não aparecer escrito nos regulamentos da administração pública, a experiência no terreno demonstra que, ao requerente, é solicitada uma "*credencial*", que identifique a organização de origem e contactos institucionais, os objectivos do estudo, a respectiva finalidade, assim como o tempo previsto de permanência no local. Em algumas situações chega-se a solicitar, ao investigador, os estatutos da instituição de proveniência, publicados no Boletim da República ou os próprios instrumentos de recolha de dados (nomeadamente um exemplar do inquérito por questionário), o que é revelador da desconfiança em torno da presença do pesquisador ou das motivações da respectiva organização.

Apresentando a respectiva credencial, o investigador vai acumulando carimbos das diversas repartições (de nível provincial, distrital e do posto administrativo), assinaturas dos respectivos Secretários Permanentes, Secretários do Posto ou até do próprio Administrador, acompanhadas de despachos como "*visto e autorizo*". Por vezes, as anotações exprimem uma preocupação de controlo da permanência do indivíduo (ex.: "*apresentado nesta localidade de Namaquetho, dias 03/03/17 e regressa após os seus trabalhos*"). O investigador deve conservar o documento, para posterior apresentação nos diversos locais a que se pretende dirigir, sem o qual terá o acesso dificultado, evitando mal entendidos e garantindo a sua segurança.

Da parte das estruturas governamentais, este protocolo é apresentado como uma simples *performance* administrativa, destinada a dar a conhecer a presença e o âmbito da actuação do investigador às autoridades locais, explicado como que uma obrigação de cortesia, por parte de um visitante que "*quando vai visitar uma casa de um dono deve-se primeiro ir apresentar*", ou até como uma garantia da sua própria segurança. Na prática, o sistema de credenciais constitui um eufemismo para designar um processo de solicitação de autorização[10], que não deixa de se apresentar em continuidade com as famosas guias de marcha, tão vulgares no período pós-independência que, por sua vez, já constituíam um prolongamento de outras práticas de controlo da mobilidade, vigentes no período colonial[11]. O não cumprimento deste protocolo

---

condicionado e que só vêm aqui justificar per diems*, mas depois vão embora e os camponeses ficam aqui*". Em sessões de divulgação de resultados fazem-se acusações de "*anti-patriotismo*", insinuando-se alegadas intenções ocultas ou ingerências de uma "*mão estranha*".

[10] Na verdade, a palavra "*autorização*" é frequentemente utilizada pelos interlocutores.

[11] A tradição de controlo da mobilidade dos cidadãos constitui uma prática bastante antiga em Moçambique. Na primeira metade do séc. XX, face às necessidades de recrutamento de mão-de-obra em abundância da parte das grandes companhias coloniais, o Estado colonial instituiu as chamadas cadernetas de trabalho e a obrigatoriedade de uso do passe. O documento registava a data do último pagamento de imposto e a data do último contrato. Sem um passe válido e autorização das autoridades, os homens não podiam abandonar as suas áreas residenciais, apertando-se desta forma o controlo sobre a mobilidade das populações, sobre a colecta dos impostos e o recrutamento de mão-de-obra para os grandes projectos coloniais (Head, 1980: 56; Vail e White, 1980: 305). Já no período pós-independência, face à drástica redução do recrutamento anual de mineiros em Moçambique (CEA, 1998: 51-52; Newitt, 1997: 431), com consequências sobre o desemprego (já de si agravado com o encerramento de inúmeras unidades económicas resultantes da partida de colonos), a migração do campo para cidade passou a ser representada com precaução. Para a Frelimo, essa migração constituía um fenómeno que colocava problemas para o desenvolvimento e para um moderno modelo de organização, pelo que foi introduzida a obrigatoriedade da guia de marcha nas cidades do país, passaporte interno necessário para se deslocar, nas cidades e no campo (Quembo, 2012: 78). Nos dias de hoje, continuam a encontrar-se livros de registo da mobilidade de pessoas, precisamente com o título "guias de marcha". Na verdade, os próprios técnicos da Administração Pública (inclusive secretários permanentes) chegam a referir que as credenciais

obriga, geralmente, os investigadores a percorrerem centenas de quilómetros no regresso às direcções provinciais, com vista a seguir os procedimentos[12]. Uma eventual relutância nesse sentido pode ser geradora de mais tensões e conflitos, podendo até implicar o envolvimento da polícia e a própria retenção de investigadores[13]. Perante assuntos politicamente incómodos, que belisquem os interesses de grupos dominantes, os investigadores enfrentam riscos de segurança[14].

Os técnicos das direcções distritais e, sobretudo, os respectivos directores revelam não estar autorizados a fornecer informações, sem o prévio conhecimento e autorização do Administrador. As próprias autoridades comunitárias estão instruídas pelas estruturas do governo local a não colaborarem com qualquer indivíduo externo que não venha acompanhado pelas respectivas estruturas governamentais ou com a respectiva credencial. Trata-se de uma prática que é exigida não só a investigadores, mas a qualquer indivíduo que pretenda realizar um trabalho que envolva a concentração de populações, alargando-se a activistas e membros de organizações não-governamentais, funcionários de empresas privadas envolvidos em projectos económicos ou até membros de partidos políticos da oposição, durante os respectivos trabalhos eleitorais[15].

---

funcionam como guias de marcha, o que demonstra a profunda interiorização da prática de controlo da mobilidade entre funcionários e agentes do Estado.

[12] Depois de concluírem uma recolha de dados num povoado no distrito de Zavala, dois investigadores do OMR prosseguiram a pesquisa pela província de Gaza, optando por seguir directamente para o distrito em análise. Recebidos pelo próprio Administrador, foram alertados que deveriam ter começado por se apresentar na secretaria provincial em Xai-Xai, o que acabou por implicar o percurso adicional de centenas de quilómetros e as consequentes despesas em combustível. Chegados à secretaria provincial foram informados que o secretário permanente permanecia de baixa médica, sendo que a pessoa nomeada para o substituir se encontrava numa reunião numa outra repartição da cidade. Ao fim de várias horas e procurando obter uma previsão actualizada do tempo de espera, foram recebidos por um outro funcionário dirigente da província, que ouviu a explicação do estudo, elogiou a iniciativa e se prontificou para carimbar a credencial. Os investigadores regressaram de imediato ao distrito em questão, onde chegaram minutos antes do respectivo encerramento. Apresentando a credencial ao Administrador voltaram a ter uma reacção negativa, desta vez em relação à forma como foi conduzido o processo. Segundo o mesmo, o técnico que em Xai-Xai havia carimbado e assinado a credencial não constituía o funcionário mandatado para tal, pelo que deveriam regressar à capital provincial com uma nova declaração e apresentarem-se à pessoa indicada.

[13] No âmbito de um trabalho de campo realizado em Abril de 2014 (Júnior et al., 2015), no posto transfronteiriço de Cassacatiza (distrito de Chifunde), e pelo facto de se ter dirigido directamente à sede do posto administrativo (saltando, assim, o Governo provincial e distrital), uma equipa de investigadores do OMR esteve retida, ao longo de 7 horas, por agentes da PRM. Para além do não cumprimento do protocolo, os agentes alegavam a existência de uma tensão político-militar e de "movimentos estranhos" na fronteira, o que os obrigava a redobrar a vigilância, inclusive a um prolongamento das horas de trabalho. "*Quem vai pagar?*" foi a pergunta várias vezes referida. O facto de os investigadores não se terem mostrado disponíveis para fornecer valores monetários conduziu a um gradual aumento da pressão por parte das forças policiais. De armas apontadas, os investigadores assistiram a uma minuciosa revista e confiscação do automóvel, à ameaça de recolha dos materiais e dos instrumentos de trabalho. A transgressão do protocolo constitui uma situação propícia para abusos de poder, por parte de funcionários e agentes do Estado mais oportunistas.

[14] Inúmeros investigadores e activistas partilham *estórias* de intimidação e tentativas de agressão por parte de representantes do poder económico (em pesquisas sobre exploração de madeira, sobre indústria extractiva ou sobre garimpo, etc.), de suspeitas de vigilância de membros do SISE (Brito *et al.*, 2016: 11), ameaças de morte (na sequência do complexo processo das dívidas ocultas), ou, inclusivamente, agressões e assassinatos. Trata-se de episódios de rápida circulação, amplamente conhecidos pela sociedade, que concorrem da mesma forma para situações de auto-censura da parte do investigador, desincentivando precisamente a análise dos temas em questão. A situação torna-se mais grave em situações de tensão político militar, nomeadamente em Sofala e Manica ou em Cabo Delgado.

[15] Refira-se que a não apresentação de uma equipa dos órgãos centrais do Estado (portanto, oriunda de Maputo) junto das autoridades provinciais ou distritais também não é localmente apreciada. Um Administrador de um distrito de Gaza revelava o seu desagrado pelo facto de uma equipa da Autoridade Tributária ter realizado trabalho de sensibilização junto de futuros contribuintes mesmo em frente ao Governo do distrito, sem previamente ter dado a conhecer a sua presença junto do Administrador.

3.3 As tentativas de interferência no processo de recolha de dados

Depois de ultrapassadas as formalidades junto das estruturas do distrito, ao nível da localidade o percurso tende a apresentar-se mais agilizado. Ao secretário do posto administrativo ou ao chefe da localidade compete o encaminhamento para o líder de primeiro escalão ou directamente para o líder do povoado em questão. Porém, o processo de recolha de dados passa a enfrentar um novo conjunto de obstáculos relacionados com a tentativa de interferência por parte das autoridades locais ao nível da selecção da amostra, ao nível da identificação de assistentes de pesquisa, ou da filtragem dos dados a fornecer.

a) Interferências na selecção da amostra

Ao longo de diversos estudos, relacionados, por exemplo, com "pobreza e desenvolvimento" ou "com impactos de grandes projectos económicos sobre dinâmicas de desenvolvimento rural", foi evidente a tentativa dos serviços distritais das actividades económicas no sentido de influenciar os processos de selecção da amostra. Num distrito de Nampula, a anotação feita na credencial pelo Administrador requeria o "*parecer do SDAE*", no sentido de "*indicar a localidade onde podem fazer o inquérito*". Em diversos distritos da província de Gaza e de Nampula (Feijó e Agy, 2015: 26), os directores dos respectivos SDAE tentaram encaminhar os investigadores para os camponeses melhor organizados em associações, com maiores áreas de produção e com maior sucesso económico. Numa outra pesquisa sobre "*pólos de crescimento e pequena produção familiar*", o director do SDAE de um outro distrito de Nampula condicionou, inclusive, a sua colaboração à possibilidade de determinar os locais a visitar. O seu poder de influência sobre os secretários dos postos administrativos tornava-o numa peça chave na viabilização da pesquisa.

Ao longo da presença nos respectivos distritos foi possível comparar a situação destas populações com a dos restantes camponeses, bem mais limitados no acesso a água, sem condições para regadio e praticando uma agricultura predominantemente de sequeiro, sem apoios de organizações não-governamentais e, portanto, com condições de produção mais desvantajosas. Da parte dos SDAE constata-se, frequentemente, uma tentativa de encaminhar os investigadores para grupos sociais mais próximos dos centros de poder político, com os quais estruturam redes clientelistas, mas não representativos da realidade do distrito. Trata-se daquilo que informalmente apelidamos de "*bolachas das visitas*", portanto a atitude política de mostrar os casos de maior sucesso na região, influenciando desta forma as conclusões da investigação.

A interferência no processo de recolha de dados processa-se, igualmente, através da indicação das pessoas a entrevistar. Num distrito na província de Tete, o próprio Administrador impôs a obrigatoriedade de recolher dados unicamente junto dos respectivos directores distritais (portanto, cargos de confiança política), cujos discursos se veio a constatar serem claramente distintos dos restantes técnicos.

b) Indicação de assistentes de pesquisa

O processo de interferência no processo de pesquisa prolonga-se com a indicação de guias e assistentes de pesquisa. Em diversas situações, foram os próprios Directores do SDAE que indicaram funcionários desse departamento para acompanhar os investigadores ao terreno, identificando os grupos a entrevistar. Num Município na província de Tete, o guia e intérprete

local indicado constituía precisamente o chefe da localidade. A presença de um tradutor oriundo das estruturas locais do governo exerce uma clara influência sobre o tipo de respostas dos entrevistados, sobretudo no fornecimento de informações socialmente sensíveis ou com conotação política. A interferência destes técnicos é visível, inclusive, ao nível do processo de tradução. A experiência no terreno e a solicitação de segundas traduções permite constatar a inserção de elementos adicionais nas respostas dos entrevistados ou a sua própria interpretação, frequentemente politizada. Estas tentativas de condicionamento das investigações não implicam necessariamente que se abandonem os dados recolhidos, mas que sejam relativizados e analisados com maior precaução, ou que sejam cruzados com as respostas fornecidas na presença de outros assistentes de pesquisa, entretanto contratados. As contradições existentes entre o que é dito pelas amostras indicadas ou influenciadas pelos grupos políticos dominantes e o que é dito sem a respectiva presença contêm significados sociológicos importantes de analisar, relacionados com sistemas de poder ou com estruturas, estratégias e expectativas políticas locais.

c) Filtragem e recusa de fornecimento de dados

Em terceiro lugar, constata-se uma tentativa de filtragem das informações a fornecer aos investigadores por parte das estruturas políticas locais, ocultando dados politicamente constrangedores. Inúmeros exemplos de informações sensíveis, como o emprego gerado num determinado distrito ou sobre os últimos relatórios do PESOD (Plano Económico Social e Orçamento do Distrito), geraram um conjunto de desconfianças e resistências da parte do governo distrital, implicando novas requisições formais junto do Administrador, que frequentemente ficam sem resposta. Um secretário permanente de um distrito de Nampula chegou a recusar o fornecimento dos dados solicitados sobre pólos de crescimento locais, alegando que depois "*vocês depois vão absorver isso com as vossas cabeças*", entenda-se, realizar uma interpretação crítica, independente e fora do controlo das autoridades locais. Outras vezes, as situações de recusa de informação são mais subtis, assentes em falsas promessas e sucessiva inserção de novos requisitos para acesso aos dados[16].

3.4 Particularidades do acesso à informação nas empresas privadas

Uma particularidade que importa referir relaciona-se com a recolha de informação junto de grandes empresas do sector privado, particularmente na indústria extractiva ou de plantação. Contrariamente às repartições públicas, em qualquer latitude geográfica as empresas privadas constituem espaços fechados e de acesso restrito, o que, já de si, problematiza o processo de recolha de informações. Em países sem grande tradição de pesquisa nas áreas de estudos organizacionais, a colecta de dados em empresas privadas aparece ainda mais dificultada, sendo esses obstáculos ainda mais agravados quando se tratam de empresas oriundas de países também sem tradição de pesquisa no âmbito socio-organizacional. As organizações privadas apresentam receios relacionados com a concorrência empresarial, com questões fiscais ou com a imagem da empresa perante a opinião pública e os consumidores, o que se traduz na preocupação de filtragem das informações a veicular para o exterior. Perante a forte pressão

[16] Depois de marcação de entrevista com o *focal point* do ProSavana em Nampula, e perante a solicitação de gravação em áudio do encontro, o interlocutor recusou essa possibilidade, estipulando que as questões fossem colocadas por escrito e enviadas por email, comprometendo-se a dar uma resposta num prazo de 90 dias. Depois de redigir as questões e enviar por correio electrónico, a investigadora do OMR aguardou os 90 dias, findo os quais repetiu o email com as perguntas. Como resposta, obteve a informação que, pelo facto de várias organizações da sociedade civil terem enviado várias questões (algumas repetidas), as OSC dever-se-iam organizar e enviar uma única lista de questões, que depois seriam respondidas.

que diversas organizações da sociedade civil exercem sobre determinadas empresas multinacionais – envolvidas em escândalos relacionados com impactos ambientais, reassentamentos populacionais ou alianças menos claras com o poder político – a estratégia tem-se pautado pela formação de gabinetes de relações públicas, mais ou menos formalizados, responsáveis pela imagem corporativa e que procuram estabelecer relações privilegiadas com os órgãos de comunicação social, visando a difusão de iniciativas de responsabilidade social.

Não obstante a postura dos representantes das empresas privadas perante os investigadores ser bastante mais acolhedora[17] a realidade é que, pelo facto de os estudos poderem colocar em causa a imagem das organizações, os responsáveis das empresas não deixam de revelar uma forte preocupação em torno da pesquisa. Um funcionário de uma empresa do sector do tabaco confidenciava que a divulgação de informações se encontrava condicionada à autorização da Direcção da empresa, alegadamente porque "*as empresas de tabaco têm muitos inimigos*". Da mesma forma, a realização de uma pesquisa junto dos trabalhadores de uma plantação de açúcar esteve condicionada à prévia validação, por parte da empresa, do inquérito por questionário que se pretendia aplicar. A existência de uma questão relacionada com níveis de satisfação no trabalho gerou uma clara preocupação junto da responsável dos recursos humanos, que acabou por impedir a respectiva aplicação e a visita da investigadora aos dormitórios dos trabalhadores. A permissão de pesquisa em diversas empresas privadas encontra-se, frequentemente, condicionada não só à prévia apresentação dos objectivos da investigação, mas também à possibilidade de consulta prévia, por parte da empresa, de qualquer texto que venha a ser publicado como produto da pesquisa.

Em virtude de toda a polémica gerada em torno do impacto da indústria extractiva na província de Tete, o acesso às empresas de mineração foi ainda mais restrito e, um pedido de audiência foi, sucessivamente, adiado, sem que, até hoje, investigadores do OMR tenham conseguido obter as informações solicitadas. Juntamente com outras 10 entidades, a 5 de Junho de 2017, a empresa Jindal África foi interpelada por várias organizações moçambicanas – Sekelekani, Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), MISA-Moçambique e OMR –, solicitando informação referente *"ao nível de cumprimento do programa de reassentamento bem como a data prevista para o encerramento do processo, em Chirodzi no distrito de Marara*". Em conferência de imprensa realizada a 8 de Agosto de 2017, estas organizações da sociedade civil declararam que só haviam obtido resposta de apenas três instituições, não estando incluída a empresa mineradora[18]. A OAM necessitou de requerer ao Tribunal Administrativo (TA) para que intimasse a empresa em questão, assim como o Governo do Distrito de Marara para que, nos termos da Lei, colocassem no domínio público, toda a informação solicitada. Em processos relativamente céleres, o TA da província de Tete, intimou os visados a divulgar a informação solicitada.

[17] Os investigadores são frequentemente recebidos à entrada das instalações e, frequentemente, são acompanhados à saída. Em locais mais remotos podem ser convidados para ficarem hospedados nas instalações da empresa. Todas estas iniciativas enquadram-se numa preocupação comum de veiculação de uma imagem corporativa positiva da organização que representam junto dos *stakeholders*.

[18] Frequentemente, nestas multinacionais, os directores de comunicação foram também, em algum momento, assessores de comunicação de governantes ou até membros do Governo, portanto com estreitas relações estabelecidas com as estruturas de poder ao nível da província ou até a nível central, assim como com a comunicação social.

3.5 O estado do desarquivo

Frequentemente, as dificuldades de acesso à informação não se encontram propriamente na má vontade dos funcionários das instituições, mas na desorganização dos arquivos e inexistência de informação sistematizada. Não obstante a Lei nº 34/2014 referir que "*O acesso à informação implica que os órgãos* (…) *publiquem e divulguem documentos de interesse público*" (artigo 9), estipulando que "*toda a informação deve ser mantida em registos devidamente catalogados e indexados de forma a facilitar o direito à informação*" (artigo 10), a realidade é que muitas instituições revelam uma enorme fragilidade administrativa, ao nível da organização dos dados, frequentemente incompletos ou desactualizados. Liesegang (2017: 184-185) diagnostica diversos problemas de gestão dos arquivos resultantes do muchém (térmitas) e das más condições de acondicionamento, com exposição à chuva, inundações e incêndios (como no Ministério da Agricultura, em 2007), assim como extravio e roubo de documentos.

Cenários de ausência de informação arquivada (sobre os mais variados assuntos) foram identificados em inúmeras repartições a nível distrital ou municipal. Frequentemente, a informação está armazenada em computadores pessoais de funcionários, que o acompanha quando é destacado para outro local de trabalho. O problema da organização dos arquivos não se reduz unicamente às instituições públicas, mas também a empresas privadas ou organizações não-governamentais. Em virtude da elevada rotação profissional, substituição de computadores e ausência de arquivos, o director de uma organização não-governamental, com escritórios montados há 13 anos num determinado distrito não possuía informações detalhadas sobre os projectos anteriormente concretizados. Como justificava um técnico local: "*vem-se, faz-se e o trabalho acabou*". A experiência empírica demonstra a falta de uma cultura de arquivos e de sistematização de uma memória institucional, com consequências, não só para a capacidade das organizações prestarem informações públicas[19], mas também na própria capacidade de decisão ou da respectiva transformação em organizações aprendentes.

3.6 Criação de dificuldades para se venderem facilidades – o oportunismo dos funcionários

Os obstáculos de acesso às fontes são por vezes criados por funcionários mais oportunistas, com particular incidência entre os funcionários públicos. Perante a chegada de consultores e investigadores, frequentemente de origem urbana ou fazendo-se transportar por modernos automóveis e exibindo equipamentos de som e de imagem, muitos funcionários não deixam de criar as suas expectativas de obtenção de benefícios. Conscientes do valor que a informação por si gerida tem para o investigador, alegações de dificuldades (como a realização de trabalho extra, despesas de deslocação ou de impressão) têm como propósito a solicitação de valores económicos. Outras vezes, são os próprios entrevistados que não deixam de questionar os benefícios que pode ter a concessão de informações[20], sendo que um investigador

[19] A título de exemplo, Inês Raimundo (2011: 70) demonstra como os formulários preenchidos nas fronteiras aéreas e terrestres (na entrada ou saída de passageiros) não são estatisticamente tratados, encontrando-se amontoados em salas-armazém e impossibilitando um conhecimento exacto dos movimentos transfronteiriços. Da mesma forma, o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Formação Profissional não dispunha, em 2017, de uma base de dados actualizada das instituições de pesquisa existentes em Moçambique, com impactos ao nível do conhecimento desta realidade.

[20] Os estudos sobre pobreza desencadeiam, frequentemente, situações paradoxais. Toda a polémica sobre o processo de reassentamento no distrito de Moatize, em virtude de processos de mineração, desencadearam inúmeras visitas ao terreno de investigadores, consultores, activistas e jornalistas, nacionais e estrangeiros. As populações reassentadas familiarizaram-se com a chegada regular de indivíduos oriundos de vários continentes, repetindo as mesmas questões,

frequentemente se sente moralmente forçado a suportar despesas em refeições ou bens de consumo[21]. O roubo de documentos para posterior venda a eventuais interessados constitui outra realidade

4. A CREDIBILIDADE DOS DADOS

Uma outra questão que se coloca prende-se com a própria credibilidade dos dados existentes. Quer pela prestação de informações falsas, quer pela existência de erros no processo de recolha de dados, quer por desorganização e incompetência, quer inclusive por manipulação dos resultados, os dados existentes nem sempre são credíveis. Este cenário obriga a uma particular atenção aos processos de construção das bases de dados, nomeadamente como são produzidos, quem os produz, com que objectivos e no âmbito de que pressupostos.

São inúmeros os obstáculos enfrentados por investigadores no processo de recolha de informações estatísticas, relacionados com a incoerência nas bases de dados, com erros de digitação e falta de uniformização. Frequentemente, diferentes instituições possuem diferentes dados relativamente à mesma variável, por vezes com hiatos cronológicos, problematizando uma análise contínua de séries temporais.

Os diversos inquéritos aplicados por organismos do Estado vêm demonstrando um conjunto de problemas relacionados com a formação dos próprios inquiridores (nomeadamente incompreensão das perguntas, suspeitas de não preenchimento), com o não recenseamento de muitos agregados ou com a credibilidade das respostas fornecidas pelos inquiridos.

No âmbito do Inquérito ao Orçamento das Famílias 2008/9, Alfani *et al.* (2012) constatam um conjunto de inconsistências nos resultados, que levantam dúvidas relativamente à credibilidade das respostas dos inquiridos. Como demonstram os autores, 30% dos agregados familiares reportaram consumos médios alimentares inferiores a 1000 calorias diárias *per capita*, portanto abaixo do padrão mínimo de sobrevivência estipulado pela Organização Mundial de Saúde[22]. A lista de itens de consumo alimentar apresentada no inquérito por questionário apresenta-se bastante restrita para captar a diversidade da dieta alimentar nas várias províncias, assim como situações de pagamento de comida pelo trabalho. Por outro lado, a lista de bens de consumo alimentar apresenta apenas produtos agrícolas, omitindo alimentos empacotados que, na cidade, constituem uma importante componente do consumo alimentar. Boom (2011: 7) constata também enormes oscilações dos resultados das várias províncias, ao longo dos anos, por vezes em sentidos contraditórios, o que levanta dúvidas sobre a credibilidade e consistência dos dados. O autor identificou também incongruências entre os resultados da diminuição da

registando sons e imagens com modernos equipamentos digitais. Trata-se de uma situação que não deixou de abrir oportunidades de obtenção de rendimentos para tradutores e assistentes de pesquisa, pagos frequentemente ao dia. Apercebendo-se que outros retiram benefícios à custa da sua própria situação, que teima em não ter solução, as populações não deixam de apresentar, frontalmente, o seu desagrado, perguntando o que podem ganhar com o fornecimento das informações solicitadas.

[21] Algumas entrevistas podem ser realizadas em áreas neutras, fora dos espaços institucionais, pelo que os estabelecimentos de alimentação e bebidas constituem uma opção recorrente. Importa referir que a maioria das investigações não têm previsto financiamento do trabalho de campo, pelo que, frequentemente, é o próprio investigador a suportar estas despesas.

[22] Por outro lado, a proporção das despesas de consumo alimentar sobre o total das despesas dos agregados familiares é bastante reduzida no Sul de Moçambique, não obstante constituir uma das regiões do país com maiores níveis de pobreza.

pobreza com a evolução de casos de crianças com baixo peso observados pelo Inquérito Demográfico e Saúde.

Já no IOF de 2014/15, os agregados só foram inquiridos três vezes (no 1º, 2º e 4º trimestres), ao contrário dos quatro inicialmente projectados, com impacto na estimação dos rendimentos e consumos, com repercussões na credibilidade dos dados.

Saliente-se as dificuldades de obtenção de respostas fiáveis a diversas questões, sobretudo aquelas relacionadas com rendimentos, posse de bens de consumo ou de gado, actividades informais e ilegais (frequentemente ocultadas ou sub-estimadas), distâncias ou áreas (difíceis de estimar e, portanto, repletas de subjectividade), entre outras. De facto, inúmeras respostas são frequentemente estratégicas, deflacionando rendimentos e inflacionando dificuldades, essencialmente com receio de roubos[23] ou na expectativa de obtenção de apoios financeiros. Frequentemente, os dados recolhidos não traduzem tanto a realidade em si, mas, sobretudo, os receios e expectativas construídos pelo inquirido/entrevistado relativamente ao investigador ou ao projecto de investigação.

5. REFLEXÕES FINAIS

Ao longo desta análise foram referidos inúmeros obstáculos à realização de pesquisa em Moçambique, reflectindo-se sobre as fragilidades das instituições de pesquisa, sobre obstáculos que enfrentam no acesso à informação, levantando-se ainda diversas questões em torno da credibilidade dos dados existentes.

A análise prestou particular enfoque aos obstáculos criados no acesso à informação, sobretudo perante temas socialmente sensíveis, relacionados com o impacto de grandes projectos sobre as populações locais, com impactos ambientais e reassentamentos populacionais, com pobreza e desenvolvimento, com gestão de recursos públicos ou relacionados com direitos fundamentais dos cidadãos e, sobretudo, com tensões político-militares. Nestas análises, um investigador tropeça nos interesses de grupos dominantes, gerando-se atitudes mais defensivas por parte das estruturas governamentais (cujos actores estão frequentemente empenhados numa carreira político-partidária) e que não vêem com bons olhos a circulação de informação comprometedora.

Da mesma forma, as dificuldades são mais sensíveis nos territórios geográficos marcados por maior conflitualidade social resultante da implementação de grandes projectos ou de tensão político-militar, ou durante escrutínios eleitorais. Ainda que o perfil do Administrador (em torno do qual gravita todo o comportamento dos funcionários e agentes do Estado) faça a diferença, o Nordeste de Cabo Delgado, o corredor de Nacala (na área de implementação do ProSavana), as áreas de mineração de Tete ou as províncias de Sofala e Manica (particularmente nas zonas de forte implantação da Renamo) constituem espaços geográficos marcados por uma particular

[23] No âmbito de um censo pecuário realizado no distrito de Marara, os serviços do SDAE incumbiram os respectivos líderes dos povoados no sentido de realizarem um inventário de todo o gado bovino existente para posterior estimativa de processos de vacinação. De acordo com o líder de segundo escalão, num cenário em que o roubo de gado atingia uma dimensão preocupante no distrito, os produtores apresentavam-se bastante relutantes para fornecer os números correctos, pelo que todos subavaliaram o número de animais que detinham. O próprio Director do SDAE reconheceu que os números oficiais existentes não eram credíveis.

desconfiança da parte das autoridades governamentais relativamente à presença de investigadores.

Se a Lei de Acesso à Informação constitui um instrumento bastante progressista, na prática tem enfrentado um conjunto de resistências na sua implementação, relacionadas com a imposição de credenciais (que vêm funcionando como guias de marcha), num contexto bastante burocratizado e politicamente centralizador. Os processos de controlo das acções de investigadores, activistas e membros de projectos de intervenção comunitária por parte das estruturas governamentais não deixam de servir dois conjuntos de funções: uma de cariz político e uma segunda de cariz económico.

Em termos políticos, através da instituição de sistemas de credenciais, torna-se possível um acompanhamento mais próximo ou, inclusive, a realização de uma filtragem, particularmente quando a pesquisa versa sobre temáticas mais sensíveis, potencialmente mobilizadoras de atitudes mais participativas da parte dos cidadãos, ou geradoras de relatórios (inter)nacionais ou peças jornalísticas susceptíveis de embaraço das estruturas governamentais. Já quando se tratam de projectos de intervenção comunitária (na área da saúde, da educação, da produção agrícola, de criação de infra-estruturas, etc.), este processo de controlo burocrático permite à administração local associar-se à iniciativa (através do acompanhamento inicial de membros do Governo) e, por essa via, obter protagonismo político.

Em segundo lugar, a instituição de credenciais não deixa de gerar mecanismos de centralização burocrática que confere potenciais dividendos económicos para as estruturas de poder locais. Investigadores, consultores, membros de organizações não-governamentais ou de empresas privadas dispõem, frequentemente, de orçamentos para pagamento de tradutores, assistentes de pesquisa e inquiridores. A centralização do processo de tomada de decisão favorece, desta forma, os líderes locais, frequentemente os primeiros a oferecerem-se como intermediários, acedendo a não negligenciáveis valores monetários, pelo menos por comparação com os níveis de vida locais[24].

Neste cenário sociopolítico complexo, os investigadores vêem-se obrigados a definir um conjunto de estratégias de contorno das dificuldades, investindo nas redes informais, no cruzamento de informações e na multiplicação de informantes privilegiados.

Em primeiro lugar, a detenção de um conjunto de contactos informais, capazes de desbloquear o acesso a informações, constitui uma estratégia fundamental para inserção no objecto de estudo, para conquista de confiança e para obtenção de resultados. Em segundo lugar, perante a debilidade dos arquivos e o problema da credibilidade dos dados, os investigadores vêem-se obrigados ao cruzamento de informações, quer com o objectivo de compreender discrepâncias, quer com vista a completar séries temporais. Este cenário exige, da parte do investigador, uma particular perspicácia na análise de dados e respostas, considerando que estas exprimem,

[24] Pelo conhecimento que detêm do espaço geográfico e das populações e, sobretudo, quando falam a língua portuguesa, os líderes comunitários prontificam-se geralmente para serem os assistentes de pesquisa, sobretudo depois de saberem da existência de uma gratificação financeira. Por sua vez, os inquiridores são frequentemente recrutados entre os professores primários, indicados pelo Director da Escola, após a respectiva solicitação. Os honorários de inquiridores ou de tradutores podem rondar os 1.000 meticais /dia, pelo que uma semana de trabalho pode representar o equivalente a um mês de salário de um professor primário. Não são raras as situações em que o Director da Escola exige aos professores contratados o recebimento de parte do valor auferido. Neste cenário, a chegada de elementos externos tende a ser benéfico para os membros mais influentes locais, que se apresentam como gatekeepers entre a população local e o exterior.

frequentemente, as estratégias e expectativas dos seus emissores, e não necessariamente a realidade. O cruzamento de dados quantitativos com dados qualitativos, permite enriquecer constatações obtidas sob condições controladas, com dados obtidos dentro do contexto natural da sua ocorrência e com a análise dos sujeitos no seu dia-a-dia, conseguindo captar a espontaneidade dos seus comportamentos. Finalmente, e na linha do ponto anterior, a diversificação de informantes privilegiados permite a recolha de informações complementares e a compreensão das diversas perspectivas, frequentemente em confronto.

Não obstante a persistência de inúmeros obstáculos, a realidade é que a multiplicação e consolidação de contactos no terreno, aliada a uma paciência e persistência dos investigadores, tem permitido o contorno de obstáculos e a obtenção de informações. Após um contacto inicial, que vai da simples desconfiança até à prepotência do Administrador, nas visitas seguintes o investigador pode gradualmente conquistar a confiança das autoridades locais. De qualquer das formas, a entrada de um novo administrador, mais desconfiado e centralizador, não deixa de significar a institucionalização de novos obstáculos na penetração no terreno e acesso à informação. Na verdade, as melhorias eventualmente sentidas pela entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação não se devem tanto à reforma legislativa, em si, ou a mudanças institucionais, mas a uma maior capacidade dos investigadores se adaptarem às regras do jogo, aprendendo com a experiência e contornando as dificuldades.

A reforma deste sistema não acontecerá unicamente por decreto implicando, na verdade, a mudança de um profundo conjunto de questões culturais. A consolidação de uma sociedade democrática, assente na liberdade de acesso à informação, constitui um longo processo que implica uma mudança da própria cultura política dominante, de cariz patrimonial e assente em relações de poder pessoalizadas. Ao invés de procurarem promover uma descentralização dos processos de decisão e a convivência de diferentes ideias democráticas assiste-se, da parte dos detentores de poder, a uma tendência de controlo da informação, com vista à neutralização ou exclusão de adversários. A existência de opositores tende a ser encarada, não tanto como uma inevitabilidade de uma sociedade democrática, mas como um sinal de fraqueza do poder vigente. Trata-se de uma concepção de poder que o transforma em objecto (algo para possuir o mais possível), e não tanto numa relação, portanto algo que deve ser negociado. Neste contexto reproduz-se um clima de medo em relação às autoridades, reforçando-se uma cultura política de súbdito, conjugada com moldes paternalistas e clientelistas.

De qualquer das formas, a proliferação de instituições de ensino superior pelas diversas províncias tenderá a aumentar a produção de monografias e dissertações académicas, com consequências sobre as dinâmicas de procura de informação. Da mesma forma, a difusão de órgãos de comunicação social por distritos recônditos do país terá como potencial consequência o aumento de reportagens de investigação jornalística, obrigando as instituições do Estado a tornarem-se mais disponíveis no processo de divulgação de informações, tornando-as mais acessíveis às populações. Num processo marcado por avanços e recuos, ao longo dos próximos anos espera-se que as organizações da sociedade civil que actuam ao nível da investigação e da advocacia forneçam também o seu contributo no processo de mudança social.

BIBLIOGRAFIA

ALFANI, Federica; AZZARRI, Carlo; d'ERRICO, Marco; and MOLINI, Vasco (2012) "Poverty in Mozambique - New Evidence from Recent Household Surveys" in Policy Research Working Paper. 6217, The World Bank - Africa Region - Poverty Reduction and Economic Management Department, pp. 1-33, disponível em http://documents.worldbank.org/curated/en/121971468288320967/pdf/wps6217.pdf, consultado a 30.08.2017.

BACHELARD, Gaston (1992), La psychanalyse du feu. Paris, Gallimard.

BOOM, Bart van Den (2011) "Analysis of poverty in Mozambique – Household poverty status, child malnutrition and other indicators 1997, 2003, 2009", pp. 1-51, disponível em http://www.sow.vu.nl/pdf/Mozambique/Analysis%20of%20Poverty%20in%20Moz%20March%202011%20ENG.pdf, consultado a 30.08.2017.

BRITO, Luís; ANTÓNIO, Bernardo; CHAIMITE, Egídio; FORQUILHA, Salvador; FUMO, Carmen; e TERENCIANO, Fidel (2016) *Crónicas de uma eleição falhada – Relatório de Investigação nº 1*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

CEA – Centro de Estudos Africanos (1983a) *Organizar os trabalhados nas machambas estatais: o caso do CAIA – relatório nº 83/1*. Maputo: Centro de Estudos Africanos.

CEA – Centro de Estudos Africanos (1983b) *Famílias camponesas de Angónia no processo de socialização do campo – relatório nº 83/2*. Maputo: Centro de Estudos Africanos.

CEA – Centro de Estudos Africanos (1998) *O Mineiro Moçambicano - um estudo sobre a exploração de mão-de-obra em Inhambane*. Maputo: Imprensa Universitária.

COPANS, Jean. (1975), *Anthropologie et Impérialisme*. Paris, Maspero.

CUMAIO, Garciano, ANTÓNIO, Elisa, BAPTISTA, Anézio (2015) *Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior em Moçambique 2015. Maputo:* Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Tecnico Profissional.

DALOZ, Jean-Pascal. (1998), "Misère(s) de l'africanisme" in *Politique Africaine*, n.º 70, pp. 105-117.

FEIJÓ, João e AGY, Aleia (2015) "Do modo de vida camponês à pluriactividade – impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural" in *Observador Rural*, nº 30, disponível em http://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-30.pdf

HEAD, Judith (1980) "A Sena Sugar Estates e o trabalho migratório" in *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 53-72.

JÚNIOR, António; DADÁ, Yasser; IBRAIMO, Momade (2015) "Relações transfronteiriças de Moçambique" in *Observador Rural*, nº 27, Maputo: Observatório do Meio Rural, disponível em http://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-27.pdf.

KUHN, Thomas (1962) *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: Univ. Of Chicago.

LECLERC, Gerard. (1972), *Anthropologie et Colonialisme: Essai sur l'Histoire de l'Africanisme*. Paris, Fayard.

LIESEGANG, Gerhard (2017) "Dinâmicas da pesquisa de arquivo – uma reflexão a partir de Moçambique" in João Feijó (Coordenação) *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais*. Maputo: Escolar Editores, pp. 179-204.

MCTESTP – Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (2017) *Indicadores de Investigação Científica e Desenvolvimento Experimental (ID) referentes ao período 2014-2015 (Resultados Preliminares do Inquérito de 2016)*. Maputo: Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional

NEWITT, Malyn (1997) História de Moçambique. Mem Martins: Publicações Europa-América.

QUEMBO, Carlos (2012) "O poder do poder: Operação produção (1983) e a produção dos 'improdutivos' urbanos no Moçambique pós-colonial" in *Cadernos de História de Moçambique*, 1, pp.65-81, disponível em http://www.flcs.uem.mz/images/chist/CQuemboCdhM20121.pdf acedido a 21/10/2016.

SEDAS NUNES, Adérito (1991) *Questões preliminares sobre as ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.

SILVA, Teresa Cruz e (2012) "Aquino de Bragança e as reflexões e respostas sobre a produção do conhecimento e as ciências sociais em África: Moçambique, lições aprendidas, lições esquecidas?" in Teresa Cruz e Silva; João Paulo Borges Coelho; e Amélia Neves de Souto (Org.) *Como fazer ciências sociais e humanas em África – questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: Codesria, pp. 75-83.

THOMAZ, Omar (2002) *Ecos do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

VAIL, Leroy and WHITE, Landeg (1980) *Capitalism and Colonialism in Mozambique*. London: Heinemann.

WEBER, Max (2004) *Economia e Sociedade – fundamentos da sociologia compreensiva,* Volume 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL			
Nº	**Título**	**Autor(es)**	**Ano**
98	**Análise da conjuntura económica de Moçambique 2º trimestre 2020**	**João Mosca**	**Setembro de 2020**
97	Género e desenvolvimento: Factores para o empoderamento da mulher rural	Aleia Rachide Agy	**Agosto de 202**
96	**Micro-simulações dos impactos da COVID-19 na pobreza e desigualdade em Moçambique**	**Ibraimo Hassane Mussagy e João Mosca**	**Julho de 2020**
95	Contributo para um debate necessário da política fiscal em Moçambique	João Mosca e Rabia Aiuba	Junho de 2020
94	**Economia de Moçambique: Análise de conjuntura pré COVID-19**	**João Mosca e Rabia Aiuba**	**Junho de 2020**
93	Assimetrias no acesso ao Estado: Um terreno fértil de penetração do jihadismo islâmico	João Feijó	Junho de 2020
92	**Implementação das medidas de prevenção do COVID-19: Uma avaliação intercalar nas cidades de Maputo, Beira e Nampula**	**João Feijó e Ibraimo Hassane Mussagy**	**Junho de 2020**
91	Secundarização da agricultura e persistência da pobreza rural: Reprodução de cidadanias desiguais	João Feijó	Maio de 2020
90	**Transição florestal: Estudo socioeconómico do desmatamento em Nhamatanda**	**Mélica Chandamela**	**Abril de 2020**
89	Produção bovina em Moçambique: Desafios e perspectivas – O caso da província de Maputo	Nelson Capaina	Março de 2020
88	**Avaliação dos impactos dos investimentos nas plantações florestais da Portucel-Moçambique na província da Zambézia**	**Almeida Sitoe e Sá Nogueira Lisboa**	**Março de 2020**
87	Terra e crises climáticas: percepções de populações deslocadas pelo ciclone IDAI no distrito de Nhamatanda	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2020
86	***"senhor, passar para onde?"*** **Estrutura fundiária e mapeamento de conflitos de terra no distrito de Nhamatanda**	**Uacitissa Mandamule**	**Fevereiro de 2020**
85	Evolução dos preços dos bens essenciais de consumo em 2019	Rabia Aiuba e Jonas Milagre Mbiza	Fevereiro de 2020
84	**Repensar a segurança alimentar e nutricional: Alterações no sistema agro-alimentar e o direito à alimentação em Moçambique**	**Refiloe Joala, Máriam Abbas, Lázaro dos Santos, Natacha Bruna, Carlos Serra, e Natacha Ribeiro**	**Janeiro de 2020**
83	Pobreza no meio rural: Situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres	Aleia Rachide Agy	Janeiro de 2020
82	**Ascensão e queda do PROSAVANA: Da cooperação triangular à cooperação bilateral contra-resistência / The rise and fall of PROSAVANA: From triangular cooperation to bilateral cooperation in counter-resistance**	**Sayaka Funada-Classen**	**Dezembro de 2020**
81	Investimento público na agricultura: O caso dos centros de prestação de serviços agrários; complexo de silos da bolsa de mercadorias de Moçambique e dos regadios	Yasser Arafat Dadá, Yara Nova e Cerina Mussá	Novembro de 2019
80	**Agricultura: Assim, não é possível reduzir a pobreza em Moçambique**	**João Mosca e Yara Nova**	**Outubro de 2019**
79	Corredores de desenvolvimento: Reestruturação produtiva ou continuidade histórica. O caso do corredor da Beira, Moçambique	Rabia Aiuba	Setembro de 2019
78	**Condições socioeconómicas das mulheres associadas na província de Nampula: Estudos de caso nos distritos de Malema, Ribaué e Monapo**	**Aleia Rachide Agy**	Agosto de 2019
77	Pobreza e desigualdades em zonas de penetração de grandes projectos: Estudo de caso em Namanhumbir - Cabo Delgado	Jerry Maquenzi	Agosto de 2019
76	**Pobreza, desigualdades e conflitos no norte de Cabo Delgado**	**Jerry Maquenzi e João Feijó**	**Julho de 2019**
75	A maldição dos recursos naturais: Mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir	Jerry Maquenzi e João Feijó	Junho de 2019
74	**Agricultura em números: Análise do orçamento do estado, investimento, crédito e balança comercial**	**Yara Nova, Yasser Arafat Dadá e Cerina Mussá**	**Maio de 2019**
73	Titulação e subaproveitamento da terra em Moçambique: Algumas causas e implicações	Nelson Capaina	Abril de 2019
72	Os mercados de terras rurais no corredor da Beira: tipos, dinâmicas e conflitos.	Uacitissa Mandamule e Tomás Manhicane	Março de 2019
71	Evolução dos preços dos bens alimentares 2018	Yara Nova	Fevereiro de 2019
70	**A economia política do Corredor da Beira: Consolidação de um enclave ao serviço do *Hinterland***	**Thomas Selemane**	**Janeiro de 2019**
69	Indicadores de Moçambique, da África subsaariana e do mundo	Rabia Aiuba e Yara Nova	Dezembro de 2018
68	Médios produtores comerciais no Corredor da Beira: Dimensão do fenómeno e caracterização social	João Feijó e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2018
67	**Pólos de crescimento e os efeitos sobre a pequena produção: O caso de nacala-porto**	**Yasser Arafat Dadá e Yara Nova**	**Outubro de 2018**

Nº	Título	Autor(es)	Ano
66	Os Sistemas Agro-Alimentares no Mundo e em Moçambique	Rabia Aiuba	Setembro de 2018
65	Agro-negócio e campesinato. Continuidade e descontinuidade de Longa Duração. O Caso de Moçambique.	João Mosca	Agosto de 2018
64	**Determinantes da Indústria Têxtil e de vestuário em Moçambique (1960-2014)**	**Cerina Mussá e Yasser Dadá**	**Julho de 2018**
63	Participação das mulheres em projectos de investimento agrário no Distrito de Monapo	Aleia Rachide Agy	Junho de 2018
62	**Chokwé: efeitos locais de políticas Instáveis, erráticas e contraditórias**	**Márriam Abbas**	**Maio de 2018**
61	Pobreza, diferenciação social e (des) alianças políticas no meio rural	João Feijó	Abril de 2018
60	**Evolução dos Preços de Bens alimentares e Serviços 2017**	**Yara Nova**	**Março de 2018**
59	Estruturas de Mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das suas cadeias de valor	Yara Pedro Nova	Fevereiro de 2018
58	**Avaliação dos impactos dos investimentos das plantações florestais da Portucel-Moçambique nas tecnologias agrícolas das populações locais nos distritos de Ile e Namarrói, Província da Zambézia**	**Almeida Sitoe e Sá Nogueira Lisboa**	**Novembro de 2017**
57	**Desenvolvimento Rural em Moçambique: Discursos e Realidades – Um estudo de caso do distrito de Pebane, Província da Zambézia**	**Nelson Capaina**	**Outubro de 2017**
56	A Economia política do corredor de Nacala: Consolidação do padrão de economia extrovertida em Moçambique	Thomas Selemane	Setembro de 2017
55	**Segurança Alimentar Auto-suficiecia alimentar: Mito ou verdade?**	**Máriam Abbas**	**Agosto de 2017**
54	A inflação e a produção agrícola em Moçambique	Soraya Fenita e Máriam Abbas	Julho de 2017
53	**Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique**	**Natacha Bruna**	**Junho de 2017**
52	Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais	Yara Pedro Nova	Junho de 2017
51	**Estratégia de produção camponesa em Moçambique: estudo de caso no sul do Save - Chókwe, Guijá e KaMavota**	**Yasser Arafat Dadá**	**Maio de 2017**
50	Género e relações de poder na região sul de Moçambique – uma análise sobre a localidade de Mucotuene na província de Gaza	Aleia Rachide Agy	Abril de 2017
49	**Criando capacidades para o desenvolvimento: o género no acesso aos recursos produtivos no meio rural em Moçambique**	**Nelson Capaina**	**Março de 2017**
48	Perfil socio-económico dos pequenos agricultores do sul de Moçambique: realidades de Chókwe, Guijá e KaMavota	Momade Ibraimo	Março de 2017
47	Agricultura, diversificação e Transformação estrutural da economia	João Mosca	Fevereiro de 2017
46	**Processos e debates relacionados com DUATs. Estudos de caso em Nampula e Zambézia.**	**Uacitissa Mandamule**	**Novembro de 2016**
45	Tete e Cateme: entre a implosão do el dorado e a contínua degradação das condições de vida dos reassentados	Thomas Selemane	Outubro de 2016
44	**Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete**	**João Feijó**	**Setembro de 2016**
43	Motivações migratórias rural-urbanas e perspectivas de regresso ao campo – uma análise do desenvolvimento rural em moçambique a partir de Maputo	João Feijó e Aleia Rachide Agy e Momade Ibraimo	Agosto de 2016
42	**Políticas públicas e desigualdades socias e territoriais em Moçambique**	**João Mosca e Máriam Abbas**	Julho de 2016
41	Metodologia de estudo dos impactos dos megaprojectos	João Mosca e Natacha Bruna	Junho de 2016
40	**Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique**	**Mota Lopes**	**Maio de 2016**
39	Zambézia: Rica e Empobrecida	João Mosca e Yara Nova	Abril de 2016
38	**Exploração artesanal de ouro em Manica**	**António Júnior, Momade Ibraimo e João Mosca**	**Março de 2016**
37	Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2016
36	**Políticas públicas e agricultura**	**João Mosca e Máriam Abbas**	**Janeiro de 2016**
35	Pardais da china, jatrofa e tractores de Moçambique: remédios que não prestam para o desenvolvimento rural	Luis Artur	Dezembro de 2015

Nº	Título	Autor(es)	Ano
34	**A política monetária e a agricultura em Moçambique**	**Máriam Abbas**	**Novembro de 2015**
33	A influência do estado de saúde da população na produção agrícola em Moçambique	Luís Artur e Arsénio Jorge	Outubro de 2015
32	**Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique**	**Uacitissa Mandamule**	**Setembro de 2015**
31	Prosavana: discursos, práticas e realidades	João Mosca e Natacha Bruna	Agosto de 2015
30	**Do modo de vida camponês à pluriactividade impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural**	**João Feijó e Aleia Rachide**	**Julho de 2015**
29	Educação e produção agrícola em Moçambique: o caso do milho	Natacha Bruna	Junho de 2015
28	**Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique: convergências e conflitos na relação com a terra**	**Eduardo Chiziane**	**Maio de 2015**
27	Relações Transfronteiriças de Moçambique	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Abril de 2015
26	**Macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique**	**Máriam Abbas**	**Abril de 2015**
25	Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Memba	Nelson Capaina	Março de 2015
24	**Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas**	**João Mosca**	**Fevereiro de 2015**
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira Yasser Arafat Dadá e Margarida Martins	Dezembro de 2014
22	**Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra**	**Eduardo Chiziane**	**Novembro de 2014**
21	Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Outubro de 2014
20	**Influência das taxas de câmbio na agricultura**	**João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén Pereira**	**Setembro de 2014**
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014
18	**O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula**	**Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goia**	**Julho de 2014**
17	Competitividade do subsector do caju em Moçambique	Máriam Abbas	Junho de 2014
16	**Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala**	**António Manuel Júnior**	**Maio de 2014**
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrário e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa	Luís Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnior	Abril de 2015
14	**Investimento no sector agrário**	**João Mosca e Yasser Arafat Dadá**	**Março de 2014**
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014
12	**Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no "Os mitos por trás do ProSavana" de Natalia Fingermann**	**Sayaka Funada-Classen**	**Dezembro de 2013**
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
10	**Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry exploitation**	**Emelie Blomgren e Jessica Lindkvist**	**Outubro de 2013**
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
8	**Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages**	**Peter E. Coughlin, Nicia Givá**	**Julho de 2013**
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaiantilal	Junho de 2013
6	**Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique**	**Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes**	**Maio de 2013**

Nº	Título	Autor(es)	Ano
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
4	**Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário.**	**João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá**	**Março de 2013**
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
2	**Balança Comercial Agrícola: Para uma estratégia de substituição de importações?**	**João Mosca e Natacha Bruna**	**Novembro de 2012**
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012

Como publicar:

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o *e-mail* do OMR (office@omrmz.org) que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Não existe por parte do Observatório do Meio Rural qualquer responsabilidade em publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por *e-mail*, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

Regras de publicação:

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail,* com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos para revisão sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode ter mais que 40 páginas em letra 11, espaço simples entre linhas, e 3 cm em todas as margens da página (cima, baixo lado e esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.

O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:

FUNDAÇÃO MASC

Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

agir

Suécia
Sverige

WE EFFECT

Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar

Maputo – Moçambique

www.omrmz.org